

RELAÇÕES ENTRE PRODUÇÃO E RECEPÇÃO EM CIBERESPAÇO: PROBLEMÁTICA REVISITADA A PARTIR DA HIERARQUIZAÇÃO DA AUTORIA LITERÁRIA MODERNA

Martin Sommer Moreira¹

Tratar do ciberespaço ainda nos sugere o ideário da novidade, e como a novidade estabelece problemática relação com a noção de liberdade, algumas fantasmagorias podem manter-se reprodutivas na produção da história. A revisão bibliográfica que se desdobra procura levantar indagações acerca das potencialidades democráticas (entendidas especialmente como auto-hierárquicas) dos suportes dispostos em Rede a partir da retomada de uma categoria literária moderna fundamental à produção e recepção de textos: o Autor.

A estruturação está disposta de tal forma que sejam realizadas explorações (via autores) quanto a posicionamentos externos, internos e intermediários a uma suposta separação (ou superação) dentre suportes textuais impressos e digitais a fim de que as perguntas finais apontem para um possível não descolamento entre estes meios comunicacionais, mantendo-se relações assimétricas entre autor e leitor estando sob suspeita aspirações de um projeto hipertextual em Rede livre da importância de quem fala.

1967 em França. Roland Barthes, então pesquisador da Universidade Johns Hopkins, publicava seu ensaio denominado “*A morte do autor*”. Nele, atacava de forma incisiva o autor dos textos literários reconhecido como recurso hermenêutico autêntico da cadeira de *História das ideias* nas universidades francesas. Esse Autor, agora identificado como figura-autor por sua natureza histórica, era apontado por Barthes como detendo os sentidos de seu texto em relação equivalente à de um proprietário para com seu produto. Flagrante nesse trabalho é um conteúdo, ao mesmo tempo, filosófico e panfletário em que o “autor”, apoiado pelo meio erudito e em especial por uma tradicional crítica literária, é denunciado e identificado ao homem burguês do sistema capitalista que se formou *pari passu* ao modelo de pensamento do

¹ Mestrando em Sociologia política pela Universidade Federal de Santa Catarina e bolsista CAPES desde março de 2012.

“ser racional” humanista que as instituições acadêmicas mantinham desde o início da modernidade.

O Autor é uma personagem moderna, produzida sem dúvida por nossa sociedade na medida em que, ao sair da Idade Média, com o empirismo inglês, o racionalismo francês e a fé pessoal da reforma, ela descobriu o prestígio do indivíduo ou, como se diz mais nobremente, da “pessoa humana”. (BARTHES, 2004, p.58)

Ao regimento de um sentido único por uma crítica literária herdeira da razão, da ciência e da lei, Barthes respondia com uma retórica agressiva, denominada por ele de contra-ideológica: não mais autor e escrito como instâncias separadas, semelhantes à relação de um pai para com o filho, um em antecedência ao outro, mas sim um nascimento conjunto em que aquele que escreve e seu escrito se tornam extensões, não havendo limite ou ponto de origem (BARTHES, 2004, p.61). *Esriptor* e *escriptura* como conceitos com o intuito de desnortear a antiga tradição literária deslocando o prestígio do *Império do autor*, do monopólio dos sentidos, para a própria linguagem. A tese da morte do autor apoia-se na perspectiva de que o ato de enunciação é vazio, quem performa é a própria linguagem e não a biografia de um homem histórico amparado em sua genialidade.

Era agora, em um processo histórico de abertura de sentidos, o leitor empírico das leituras vulgares e de interpretações equívocas o centro do cenário literário. Barthes caracteriza então o autor como disperso pela própria linguagem que o atravessa unificando o texto, ou, mais apropriadamente; a *escriptura*, no ponto pouco valorizado pela cátedra acadêmica da época: o leitor. Independente dos limites interpretativos² explorados posteriormente por Umberto Eco, pela primeira vez o leitor ganhava tão grande notoriedade na pesquisa literária.

Precursos houve em diferentes países. Julio Plaza, escritor e artista intermídia espanhol, destaca em seu artigo “*Arte e interatividade: Autor-Obra-Recepção*” três graus para a abertura da obra de arte à recepção: uma primeira, restrita à literatura, de abertura a possibilidade de ambiguidade, uma segunda; de aberta a diversas artes marcada pela interação física com a obra, e uma terceira, com máquinas como agentes exclusivos de instauração estética (PLAZA, 1990, p.01).

Acerca da primeira fase, destaca Plaza os estudos em linguagem do russo Mikhail Bakhtin na década de 1920 e seu *dialogismo* expandindo o conceito de signo dentro de um

²Especialmente nas obras “*Lector in fabula*” de 1979 e “*Os limites da interpretação*” de 1990.

consenso socialmente organizado, nos anos de 1930, menciona o Círculo Linguístico de Praga representado por Roman Jakobson associado ao modelo de Karl Bühler que expõe os fundamentos da situação comunicativa entre remetente, discurso e destinatário. Ao início de 1960, a “*Obra aberta*” do italiano Umberto Eco e os estudos da estética da recepção na denominada Escola de Konstanz na Alemanha com destaques para Wolfgang Iser e Hans Jauss. Contudo, inegável é o exponencial alcance do artigo de assassinato bombástico de Roland Barthes em meio ao contexto histórico de uma Europa dividida pela Guerra Fria e marcada pelo cenário de autoritarismo (e resistência) nos mundos ocidentais e orientais.

A força que o autor ainda tinha eclipsava a participação do leitor, por muito tempo marginalizado até a insignificância perante a autoria. Em Stephané Mallarmé, poeta compatriota do XIX e inspiração de Barthes via performance da linguagem, o leitor ocupava papel secundário junto a obra, vista por aquele como uma espécie de patrimônio autônomo a ser trabalhado. O professor de literatura francesa de Paris-Sorbonne (Paris IV) Antonie Compagnon destaca no seu trabalho “*O demônio da teoria*” dois posicionamentos comuns quanto ao leitor na teoria literária anterior a Barthes: ou a total descrença na leitura empírica ou a projeção de um leitor ideal – onisciente e funcional à obra.

Da primeira posição, a *new criticism* entreguerras é posta em foco mantendo a hegemonia do autor embora localizando os sentidos na obra. A ilusão intencional (*intentional fallacy*) vinha acompanhada da ilusão afetiva (*affective fallacy*) em que a subjetividade do leitor era descartável perante a autossuficiência do texto pedindo uma leitura fechada. Da segunda posição, o estruturalismo francês vendo o leitor como intruso ao funcionamento neutro do texto, preocupa-se em descrever um leitor abstrato que exercesse uma função perfeita, prescritível, mas inacessível a um leitor concreto.

Assim, a desconfiança em relação ao leitor é – ou foi durante muito tempo – uma atitude amplamente compartilhada nos estudos literários, caracterizando tanto o positivismo quanto o formalismo, tanto o New Criticism quanto o estruturalismo. O leitor empírico, a má compreensão, as falhas da leitura, como ruídos e brumas, perturbam todas essas abordagens, quer digam respeito ao Autor ou ao texto.” (COMPAGNON, 2010, p.141)

Pode-se falar em Marcel Proust como precursor do espaço para a subjetividade da leitura em “*O Tempo Redescoberto*” contudo, é o contexto social da resistência da primavera de 1968 e o contexto literário limítrofe entre estruturalismo e desconstrucionismo que permite a emergência de uma crítica favorável ao “leitor empírico-operário resistente” dotado do poder de interpretar para além dos constrangimentos da tradição literária moderna.

1969 é igualmente ano marcante para o que posteriormente se reuniu pelo nome de *embate intencionalista*. O pensador francês Michel Foucault proferia seminário no Collège de France, sobre o tema proposto de “*O que é um autor?*”. Expunha aos membros da Sociedade Francesa de Filosofia as noções que margeavam seu estudo sobre o autor moderno como uma forma de resposta aos críticos de seu trabalho “*As palavras e as coisas*” publicado três anos antes.

Foucault explorou naquela noite temas já tratados por Roland Barthes como a performatização da linguagem (marcada pela desnecessidade de localizar aquele que escreve) e a proximidade da escrita com a morte (desnecessariedade da subjetividade daquele que escreve), contudo, julga que tais temas já eram reconhecidos pela filosofia ocidental desde pelo menos o final do século XIX. Cabia agora analisar de forma rigorosa o espaçamento deixado por essa ausência, os espaços ocupados e as funcionalidades de uma escrita com seu escritor no papel de morto (FOUCAULT, 2009, p.271).

Especulando acerca da manutenção do nome do autor em uma escrita que se dobra sobre si mesma (performatiza), expõe (na relação do texto com o autor) duas noções que acredita terem se formado ao longo da modernidade e que mantiveram o autor em suspenso a fim de suas próprias manutenções.

A *noção obra* teria um funcionamento dentro da *História do pensamento* operando recortes, delimitações e exclusões entre os textos do autor a fim de situá-los em uma cronologia oficial na mesma medida que a *noção escrita* manteria unidos os textos selecionados por uma ideia de filiação e eterna remissão de uns sobre outros constituindo autenticidade. Sobrepostas, as modalidades religiosa e crítica mantinham o desaparecimento do autor suspenso - subjugando-o a um bloqueio transcendental - a fim de retomarem um *princípio estético de sobrevivência da obra*.

Enfim, pensar a escrita como ausência não seria muito simplesmente repetir em termos transcendentais o princípio da tradição simultaneamente inalterável e jamais realizada, e o princípio estético da sobrevivência da obra, de sua manutenção além da morte, e do seu excesso enigmático em relação ao autor? (FOUCAULT, 2009, p.271)

Diferente da proposta bartheniana de denúncia como estratégia para o avanço da perspectiva de performance linguística, Michel Foucault percebia que proclamar mortes - de deus, do homem ou do autor - pouco valoração tinha se o funcionamento do texto ocorria perfeitamente na ausência daquele que escreve. De maior importância se fazia atentar para os

locais desse esvaziamento e as funções sociais que nela operavam, a distribuição dos papéis atribuídos.

Nessa abordagem fica clara a posição que Foucault assume em *Arqueologia do Saber*, escrita no outono de 1968. Repensando a *História das ideias* a partir da descontinuidade *episteme clássica* e *episteme moderna* (e não pela continuidade da *ratio* europeia), afirma como negativa a primeira parte de sua arqueologia: libertar-se das grandes unidades que atuam sobre o discurso filosófico.

Descrevendo a condição do discurso como “*constituído por um número limitado de enunciados para os quais se pode definir um conjunto de condições de existência*” (FOUCAULT, 2008a, p.132) conjuntamente a noção de “*episteme*” como região intermediária entre os códigos fundamentais de uma cultura e as teorias científicas e filosóficas que explicam por que há esta ordem (CASTRO, 2009, p.139), analisa o conhecimento identificado com a camada mais externa do contexto histórico, podendo destacar que unidades como gênero, livro e autor são formas de classificação de uma modalidade específica de saber.

Assim, o nome do autor não é percebido em “*O que é um autor?*” como isomorfismo de um nome próprio: uma simples designação de um sujeito histórico. O nome do autor exerce na *episteme moderna* função intermediária entre uma designação e uma descrição (FOUCAULT, 2009, p.272). Aponta de forma concomitante para uma pessoa histórica e um estilo literário: uma descrição ou uma carga simbólica sobre a assinatura. Para além daquele que escreve - preso a uma temporalidade específica - opera sob seus escritos uma atribuição de *status* que os eleva a uma unidade trans-histórica em que os textos são reconhecidos como homogêneos e detentores de uma palavra autêntica, selecionados da palavra cotidiana.

Chegar-se-ia finalmente à ideia de que o nome do autor não passa, como o nome próprio, do interior de um discurso ao indivíduo real e exterior que o produziu, mas que ele corre, de qualquer maneira, aos limites dos textos, que ele os recorta, segue suas arestas, manifesta o modo de ser ou, pelo menos, que ele o caracteriza. Ele manifesta a ocorrência de um certo conjunto de discurso, e refere-se ao *status* desse discurso no interior de uma sociedade e de uma cultura. (FOUCAULT, 2009, p.274)

Na contenda intencionalista, o seminário apresentado no Collège de France se coloca como um contraponto ao ideário de libertação polissêmica disseminada por Roland Barthes. “*A morte do autor*” parece ter sua força reduzida quando o autor morto é analisado mais de perto junto a seus textos. Mesmo com uma escrita que performatiza a si mesma independente

de quem escreve, o autor foucaultiano continua a exercer forte influência sobre a recepção de seus textos por ter um status específico e pela zona privilegiada que ocupa dentro dos saberes.

Relevante pensar essa função classificatória que atravessa a *História das ideias* como valor coercitivo. Nesse caso, a função autor é de elevação de determinados textos em detrimento de outros, tendo a classificação a centralizar os textos trans-históricos reunidos na assinatura separando-lhes dos demais ditos cotidianos, passageiros e de menor valia. Assim, o “afastamento do autor” pela elevação do “leitor impessoal” barthesiano - capaz de unificar sentidos de forma livre e não constrangida por uma crítica literária - encontra resistência.

A par do contexto universitário-popular, mas atravessado pelo mesmo conteúdo de bipolaridade ideológica, a década de 1960 teve como marco no mundo ocidental o nascimento da Arpanet, setor estratégico militar dos Estados Unidos. Diante de uma possível ameaça nuclear do front inimigo materializado pelos países da União Soviética, o setor de defesa americano instaurou um projeto que procurava descentralizar informações estratégicas e facilitar seu trânsito entre os principais países do bloco capitalista. A Arpanet se constituía como uma malha de ligações entre diversos computadores que comutavam informações sobre uma mesma codificação chamada protocolo.

Conjuntamente a constituição dessa estrutura física, os avanços da computação com processadores cada vez menores e mais velozes e o crescente interesse de mercado na venda de modelos pessoais (*personal computer* ou pc) permitiram que ao início da década de 1990 a Arpanet abandonasse por completo seus fins militares e se tornasse uma rede de informações predominantemente científica com uma crescente incorporação de redes não acadêmicas. Nesse processo em que se entrecruzam o desenvolvimento da rede de compartilhamento rápido de informação e o desenvolvimento de *softwares* e *hardwares* de alta performance a preços acessíveis e o fim da “guerra fria”, alterações na forma de leitura e produção em rede passam a ser analisadas por teóricos da comunicação. Théophilos Rifiotis no artigo “*Antropologia do Ciberespaço: questões teórico-metodológicas sobre a pesquisa de campo e modelos de sociabilidade*”, retoma a perspectiva de Umberto Eco em “*Apocalípticos e Integrados*”, de 1962, destacando que os posicionamentos diante desse novo modelo de mídia tomam as polarizações anteriormente exploradas entre *apocalípticos* - como a dos filósofos franceses Paul Virilio e Jean Baudrillard que veem na emergência da Internet a desrealização do homem - e *integrados* - como Manuel Castells e Pierre Lévy - que a tomam como possibilidades infundas (RIFIOTIS, 2002) .

Lévy, teórico francês que se dedica às relações entre comunicação e sociedade, teve grande destaque nas primeiras discussões acerca do ciberespaço no período pós-queda do muro sendo rapidamente absorvido por diversas universidades ao longo do mundo, inclusive no Brasil. 1995 é o ano em que lança “*O que é virtual?*”, em que usa como ferramentário analítico as noções em par “atual-virtual” e “possível-real” nos quadros coletivos dos corpos, funcionamento econômico, sensibilidade e exercício da inteligência a fim de propor uma teoria geral da *desterritorialização*. O primeiro capítulo, que tem título coincidente com o da própria obra, se ocupa de pensar transformações contemporâneas e desfazer equívocos quanto aos novos suportes emergentes. Relendo a tese de doutoramento de Gilles Deleuze “*Diferença e repetição*”, Lévy pensa o possível e o virtual. Associados comumente como opostos, ocupam posicionamentos filosóficos diferentes.

O possível é da ordem do que está por se realizar, tendo “possível” e “real” a mesma constituição, na condição de que o primeiro se encontra como potência. O exemplo apresentado é o da semente que já porta o modelo da árvore. Já o “virtual”, ao invés de uma determinação, comporta a forma nódica ou problemática que apresenta um arranjo sempre temporário e particular, uma atualização. O “virtual” e o “atual” são do universo do criativo cabendo, ao primeiro, a representação do nó e; ao segundo, uma unidade particular não previamente determinada que realimenta o primeiro (LÉVY, 2007, p.16). Considerando a superação dos preceitos da modernidade, as novas velocidades possibilitadas pelas estruturas de comunicação e transporte permitem que se passe do modelo de atualização – das unidades de longa duração tendendo à estabilização – para um modelo de virtualização: indeterminação de todos os aspectos da vida.

A corporeidade humana, antes vista como delimitável e bem demarcada perante o mundo animal e o mundo dos objetos, passa a ter suas fronteiras abertas ao exterior. À frente desse processo estão as próteses e os enxertos interespécies. Corações e pernas mecânicas, órgãos transplantados de outros animais tornam a definição antes clara do que é corpo humano em vetor, um *continuum* que desterritorializa as separações clássicas do mundo humano, animal e mineral (LÉVY, 2007, p.30).

Na economia, o exemplo da processualidade em direção a atualização ocorre a partir da categoria clássica trabalho. O trabalho assalariado, que se baseava em uma estrutura burocratizada e que determinava a capacidade do trabalhador de forma homogeneizadora e regulada pelo tempo de trabalho, é substituído por um trabalho sob demanda.

Anteriormente pré-definido pelo ofício, o trabalhador tinha suas habilidades como potenciais, ou seja, o trabalho era a realização de uma atividade já determinada no circuito de produção. Com o avanço do processo de heterogênesse ou desterritorialização, o trabalhador passa a ser valorizado pela competência, uma capacitação sempre a ser alimentada e melhorada, um “*saber-devir*”. Retomando a condição nódica ou virtual, o tempo não é mais um mediador válido uma vez que a capacitação intelectual não se pauta pelo relógio por ter uma natureza indeterminada (LÉVY, 2007, p.60). Ilustra tal perspectiva o contraste entre os departamentos empresariais da década de 1950, dos empregos de longa data, e as empresas desterritorializadas cujos funcionários estão remotamente localizados com horários flexibilizados.

No texto, o processo de *desterritorialização* é afirmado como indistinto hipertexto. Inicialmente Lévy reflete acerca da natureza do texto, da escrita e da leitura. Baseado na perspectiva dos pares “virtual-atual” e “possível-real”, destaca que o texto sempre teve uma natureza virtual. Os emaranhados de caracteres nada mais são do que uma das versões (atualizações) no tempo de um texto-problema.

Igualmente, a leitura possui uma natureza nodal, sendo que os sentidos são indeterminados (não realizados), mas atualizados junto a uma prévia reserva textual que se mescla a imagens e sensações que habitam a subjetividade do leitor. As intenções do autor de nada têm a ver com a *unidade semântica do texto*, definido como *mundo de significações que somos* (LÉVY, 2007, p.37).

Quanto a escrita, Lévy se apoia nas noções técnicas de *suporte estático* e *suporte dinâmico*. Segundo ele, a escrita sobre suporte estático (dos livros impressos) exigiu em período anterior que o escritor produzisse um texto baseado no critério da universalidade (via científica ou religiosa) a fim de contornar o problema da dessincronização e deslocalização em relação a experiência do leitor. Uma tradição crítica, a seu ver, só foi possível em uma economia intelectual do distanciamento em que se exigia refinamento das práticas interpretativas.

No *suporte dinâmico*, da escrita disposta em rede e correndo pelos rápidos fluxos informacionais, Lévy destaca que ela passa a se aproximar da narrativa, da informalidade ou da conversação, permitindo um contato direto entre autor e leitor (LÉVY, 2007, p.37). Mantendo sua proposta de virtualização generalizada pelas novas velocidades, o processo de produção textual de *suporte estático* é sobrepujado pela produção de sentidos generalizada em *suporte*

dinâmico. Lévy tem como protagonista do texto em rede o leitor em relação com a máquina. Esta, como reserva potencial de textos, e o leitor como “nomadismo de sentidos”, rompem com toda e qualquer possibilidade de texto individual mantendo-o obrigatoriamente sobre a condição de estar conectado a outros textos. A autoria aos moldes da originalidade seria impossível dentro dos pares “atual-virtual” tornando autor e leitor indistintos sendo que os canais semânticos traçados em “minha” leitura constituem o modo exclusivo de autoria em Rede.

A interpretação, isto é, a produção do sentido, doravante não remete mais exclusivamente à interioridade de uma intenção, nem a hierarquias de significações esotéricas, mas antes à apropriação sempre singular de um navegador ou de um surfista. O sentido emerge dos efeitos de pertinências locais, surge na intersecção de um plano semiótico desterritorializado e de uma trajetória de eficácia ou prazer. Não me interessa mais pelo que pensou um autor inencontrável, peço ao texto para me fazer pensar, aqui e agora. A virtualidade do texto alimenta minha inteligência em ato. (LÉVY, 2007, p.48)

Lévy encarna bem esse primeiro entusiasmo com as possibilidades da rede mundial de computadores, as primeiras promessas de uma real democratização pelos computadores em que o navegador pode produzir gama infinda de arranjos. Contudo, um passo mais cuidadoso deve ser dado para ter-se a diferença entre o apontamento de tendências e a concretização delas. “*O que é virtual?*” se inspira no universo teórico de Gilles Deleuze como indica o autor ao primeiro capítulo. Ao desenvolver a atualização como uma processualidade já em curso, Pierre Lévy retoma as discontinuidades epistêmicas nas ciências exploradas por Michel Foucault através de sua arqueologia do saber.

Na obra “*Foucault*”, Deleuze apresenta no anexo “*Sobre a morte do homem e o super-homem*” o princípio geral do pensamento de Michel Foucault entre forma e relação de forças analisando as configurações epistêmicas clássicas e modernas com um posterior apontamento para uma configuração futura. Na configuração clássica, as forças internas (concernentes ao homem e finitas) entravam em relação com forças externas pela infinitude representada por Deus assumindo assim uma “forma-Deus” em que as científicas (do século XVII) resolviam os elementos de finitude desdobrando-os em séries. Exemplarmente as ciências clássicas eram do caráter, raiz e dinheiro como ciências gerais.

Na configuração do século XIX, as forças internas entram em relação com forças externas de finitude constituindo uma discontinuidade com novo tipo de organização para o solo arqueológico. As ciências, por imposição de uma nova forma de organização que não

consegue mais manter-se unida pela infinitude, passam a autenticar-se sobre suas próprias limitações. Gilles Deleuze fala da “forma-homem” resultante da finitude das forças externas, tendo como resultado as três raízes da finitude: a biologia (que passa se organizar em torno da profundidade orgânica), economia política (que se organiza em torno do trabalho abstrato como trabalho qualquer) e a gramática (que resulta de uma flexão da noção de raiz). Ciências comparadas que, diante de uma relação externa de finitude tendem à dispersão. A finitude interna do homem encontrando uma força externa de finitude dobra-se (DELEUZE, 2005, p.137).

Destaca Deleuze uma “superdobra” possível em que, partindo da finitude, houvesse possibilidades infinitas no que Friedrich Nietzsche chamou de forma “super-homem”. Michel Foucault fazia apontamentos em suas últimas pesquisas de uma possível descontinuidade epistêmica ao observar os avanços da biologia molecular, o trabalho sobre a insígnia das potencialidades do silício nas máquinas da terceira geração e novas construções gramaticais em número ilimitados. Contudo, fala-se de uma tendência de novas forças em relação que podem originar operatórios de cientificidade pautados na “super-dobra”. Mas é uma tendência e não uma determinação histórica. Pierre Lévy organiza seu trabalho pressupondo que a descontinuidade epistêmica já ocorreu. Hipercorpo, hipertexto e virtualização do mercado aglutinam-se como virtualização rompendo e fundindo as unidades dispersas da modernidade (biologia, linguística e economia política). Flagradas no capítulo que concerne a virtualização do texto, possíveis forças em conflito de uma descontinuidade epistêmica “moderna / pós-moderna” são mencionadas de forma breve: *“as formas econômicas e jurídicas herdadas do período precedente impedem hoje que esse movimento de desterritorialização chegue ao seu termo.”* (LÉVY, 2007, p.49).

Tal brevidade parece indicar que, nessa obra, há muito mais uma preocupação retórica de avançar conceitos filosóficos de uma tradição literária (curiosamente uma noção que ataca) linearizando “atual-virtual” nas três raízes, do que propriamente atentar para os conflitos de forças que atravessam essa “nova” mídia. Alguns autores discordam desse ineditismo da Rede mundial de computadores e as interações que dela pode se depreender revendo a noção de hipertexto e questionando a separação de mundos *on* e *offline*.

Em seminário apresentado à Academia Italiana para Estudos Avançados na América em 1996, Umberto Eco se ocupa de discutir suportes digitais emergentes partindo da perspectiva de que uma tecnologia não substitui a outra. Abordando especificamente a

questão do hipertexto em ciberespaço, destaca que existem três noções de hipertexto que devem ser diferenciadas. Uma primeira atrelada à sistema (exemplarmente o sistema linguístico), permite que a partir de um de um número limitado de palavras se criem ilimitados textos. Para ele, hipertexto como sistema permite que todo leitor se torne autor, afirmando que com o bom e velho dicionário, em tese qualquer um é capaz de escrever Ulisses de James Joyce. A segunda noção de hipertexto concerne a livros tradicionais classificados como universos fechados de um sistema. Nestes, as interpretações, embora amplas, são limitadas.

Finnegans Wake é, certamente, aberto a várias interpretações, mas é certo que nunca lhe ajudará na demonstração do Teorema de Fermat, ou na bibliografia completa de Wood Allen. Parece trivial, mas o erro radical de desconstrucionistas irresponsáveis era entender que podia fazer qualquer coisa que você quisesse com um texto. Isso é gritantemente falso. Um hipertexto textual é finito e limitado, embora aberto a inumeráveis e originais perguntas. (ECO, 1996, p.16)

A última noção é de hipertexto com limitado número de textos e de interpretações infinitas. Chamado pelo autor de *Openwork*, esse modelo de texto (comum ao ciberespaço) permite a participação de todo o usuário na formação de uma espécie de história sem fim. Eco endossa que *textos produzidos e produção de textos* são formas que coexistirão em nossa sociedade, não tendo uma a condição de superação da outra. Essa distinção expõe vulnerabilidades do trabalho de Pierre Lévy quanto a uma virtualização generalizada demonstrando que, ao menos na raiz gramatical, o conceito de hipertextualização (a virtualização do texto) comporta características tanto da tradição impressa quanto de uma produção cooperativa, não podendo se estabelecer dois momentos: do modelo impresso ao modelo virtual. Mais do que coexistirem, afirmam outros autores que essas modalidades de produção encontram-se fortemente tensionadas na Rede em suas implicações jurídicas e econômicas extravasando-se esse conflito decisivamente para a produção e a recepção de textos.

Dessa perspectiva, Maíra Fernandes Martins Nunes (no artigo “*Novas tecnologias da comunicação e a função-autor na sociedade contemporânea*”) retoma conflitos fundantes da Rede a partir do fechamento de código-fonte³ de *softwares* operacionais ao longo da década

³ Código-fonte, de forma breve, se refere à base de símbolos ordenados que regem o funcionamento de um sistema operacional ou programa computacional portando operações previstas para a máquina. A acessibilidade à ordenação do código-fonte e a possibilidade de modificá-la para novas funções define posicionamentos políticos ciberespaciais entre domínio público e portanto, universal (sob a insígnia do copyleft) e domínio privado de acesso restrito (sob a insígnia dos direitos reservados – copyright).

de 1980. Consta que até o final de 1970, no então ascendente Vale do Silício, a mercantilização de produtos na área de informática se centrava na venda da estrutura física dos computadores, o chamado *hardware*. A parte programável do computador ou de interação humano-máquina, o *software*, ainda era livremente programável e significava como uma prática de entretenimento ou forma de trabalho prazerosa dentre os jovens programadores americanos de universidades como Stanford, Berkeley ou Yale que eram influenciados pelo clima de contracultura da época.

A partir da década de 1980, o mercado de informática passa a se voltar também para a venda de softwares e ocorre o crescimento e diversificação do setor. A fim de manter maior competitividade no mercado, diversas empresas do Vale do Silício passam a fechar os códigos-fontes de sistemas operacionais restringindo o acesso à escrita e leitura da arquitetura programacional antes aberta a qualquer usuário com domínio mínimo de linguagem computacional. Emblemático foi o fechamento do sistema operativo “Unix” pela empresa americana AT&T, anteriormente compartilhado irrestritamente por uma comunidade de programadores distribuída por todo o mundo. Diante desse caso distintivo, a dispersa (porém global e bastante indignada) comunidade de adeptos de uma produção programacional colaborativa se reúne em torno de um novo sistema, similar ao Unix, mas distintivamente aberto, ao qual batizaram de GNU⁴. Para manter essa condição de acesso ao código-fonte - permitindo a todo e qualquer usuário reescrevê-la livremente - o projeto obteve amparo legal em 1985. Sob uma licença de direitos autorais, ficava estipulado que esse sistema computacional era de livre acesso para estudo, cópia, modificação e distribuição, tendo como restrição que o autor de trabalho derivado distribua-o sob mesma licença. Tratando das tradicionais leis de direito do autor sobre sua obra, a licença *copyleft* recriava a relação a partir da permissão cedida pelo proprietário de que sua posse se mantenha em acesso público sob qualquer hipótese. Primariamente, como uma prática imersa no cotidiano de programadores bem humorados dispersos, a capitalização (e decorrente individualização) de código-fonte como expropriação de um bem simbólico coletivo passou a dar conotação política à prática e tecer junto à Rede um ideário de horizontalização social em que todo usuário deve ter direito a

⁴ GNU é a contração de “GNU is not Unix”. O projetista do MIT, Richard Stallmann, é o idealizador desse projeto cujo objetivo era criar compatibilidade com o sistema operacional Unix sem depender de seu código-fonte. Sua fase de conclusão ocorria em 1991 e a comunidade de programadores empenhava-se à época no desenvolvimento de um código-fonte para o sistema.

livre programar qualquer sistema se assim o desejar. A licença só cresceu alcançando fase de popularização na primeira metade da década de 1990 com a incorporação do núcleo Linux⁵. Se por um lado esse ideário de horizontalização social a partir da livre programação como um direito tenha consonância com a teoria da virtualização do texto (em que um leitor ativo é capaz de traçar canais semânticos tornando-se autor), ela não deixa igualmente de excluí-lo, por outro, ao ter em sua origem o conflito com os direitos do autor. Estes, igualmente se fazem presentes na Rede em softwares e práticas mercadológicas as mais diversas. Para visualizar a amplitude de modelos de licença autoral, basta pensar o sucesso desde 1995 dos sistemas operacionais da empresa *Microsoft*. Pode-se citar ainda que a licença de *copyleft* diversificou-se ao longo dos anos, constituindo um espectro que vai desde a licença integral - tendo todas as partes do trabalho modificáveis por autores secundários exceto a licença em si – até a licença parcial, em que partes do trabalho são reservadas das obrigações do *copyleft*. Prova de que para além da forma conflituosa, *copyleft* e *copyright* encontram casos de ambiguidade.

Considerando que os direitos do autor têm papel fundamental na configuração da Rede tanto ao nível técnico quanto de sociabilidade, a discussão autoral pode ser retomada nessa ambientação a partir de sua condição de propriedade. Retomando Michel Foucault no seminário de 1969, quatro características da função autor são apontadas sendo a primeira objeto de apropriação:

Elas são, inicialmente, objetos de apropriação; a forma de propriedade da qual elas decorrem é um tipo bastante particular; ela foi codificada há um certo número de anos. É preciso observar que essa propriedade foi historicamente secundária, em relação ao que se poderia chamar de apropriação penal. Os textos, os livros, os discursos começaram a ter realmente autores (diferentes dos personagens míticos, diferentes das grandes figuras sacralizadas e sacralizantes) na medida em que o autor podia ser punido, ou seja, na medida em que os discursos podiam ser transgressores. (FOUCAUT, 2009, p.274)

É interessante contrapor a noção de desterritorialização de Pierre Lévy à de Maíra Fernandes Nunes, que, não diferenciando meios *on* e *offline*, afirma que o estabelecimento de uma nova ordem mundial após o colapso soviético e decorrente globalismo como processo

⁵ Termo geral usado para qualquer sistema operativo que use o código-fonte aberto Linux. Inicialmente projetado pelo finlandês Linus Torvalds e utilizado por entusiastas de computadores pessoais, é hoje encontrada por todo o globo em computadores de usuários comuns (graças a interfaces gráficas mais amigáveis) e tem desenvolvimento compartilhado com grandes empresas como IBM e Google.

sócio-histórico dominante tende à desterritorialização de bens simbólicos com uma decorrente fragmentação dos sujeitos (NUNES, 2007, p.74). Essa fragmentação, aparentemente entendida por Lévy como liberdade, incita à formação de novas identidades culturais, de acordo com a autora. Pensando-se esse “sujeito-leitor” como imerso em um oceano informacional e conjuntamente retomando a problemática do autor foucaultiano moderno, cabe perguntar se o sistema de autenticação de textos supostamente extinto não serviria como um guia a um leitor-navegador “livre” disposto em rede. Quais os ideários mobilizados pelos leitores para a prática da interpretação em ciberespaço? Tendem a uma prática aproximada da indistinção autor-leitor ou a uma busca pós-sentidos seguros, aproximando-se das hierarquias da tradição impressa?

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. “A morte do Autor”, In: **O rumor da língua** – 2. ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2004. pp. 57-64.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: Literatura e Senso comum** – 2. ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 292p.

CASTRO, Edgardo. “Episteme”, In: **Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores.** – 1. ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p.139.

DELEUZE, Gilles. “Anexo: Sobre a morte do homem e o super-homem”, In: **Foucault** – 1. ed. , 6. reimp. – São Paulo: Brasiliense, 2005. pp. 132-142.

FOUCAULT, Michel. “O enunciado e o arquivo”, In: **Arqueologia do Saber** – 7. ed., 3. reimpre. – São Paulo: Editora Forense Universitária, 2008a. pp. 132-133.

_____. **Ordem do Discurso.** – 19. ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2008b. pp. 06-45.

_____. “O que é um autor?”, In: **Ditos e escritos, vol. III** – 2. ed, 1. reimp. – Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2009. pp. 264-298.

LÉVY, Pierre. **O que é virtual?** - 1ª ed. 8. reimp. – São Paulo: Editora 34, 2007. 160p.

NUNES, M. F. M. Novas tecnologias da comunicação e a função autor na sociedade contemporânea. In: **Revista do Núcleo de Estudos de Comunicação – Rastros**. Ano VIII. No 8. Outubro 2007. pp 72-81.

RIFIOTIS, Théóphilos Antropologia do Ciberespaço. Questões teórico-metodológicas sobre a pesquisa de campo e modelos de sociabilidade In: **Revista em Primeira Mão. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**. No 51. 2002. 19p.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

ECO, Umberto. **From Internet to Gutenberg**. A lecture presented by Umberto Eco at The Italian Academy for Advanced Studies in America, 12/11/1996. Disponível em: <http://www.hf.ntnu.no/anv/Finnbo/tekster/Eco/Internet.htm>
Acesso em 30 maio 2011.

PLAZA, Julio. Arte e Interatividade: autor-obra-recepção, in **Revista eletrônica Brassilpaissdooofuturoboross, 1990**. 12/11/1996. Disponível em: www.cap.eca.usp.br/ars2/arteeinteratividade.pdf
Acesso em 30 maio 2011.

RESUMO

O artigo que segue propõe-se a contribuir com o campo de pesquisa sociológico em ciberespaço ao colocar indagações sobre perspectivas reais de horizontalização sócio-política entre usuários da Rede e os imaginários de democracia plena que percorrem esse “novo” modelo de mídia. Sendo a produção textual majoritária dentre as *hipermídias* presentes na *Internet*, a análise retoma o estudo literário da tradição impressa pautada na hierarquia do autor sobre o leitor para questionar o conceito filosófico de desterritorialização alegadamente presente na produção e recepção de textos em suporte digital. As perguntas mais substanciais à indistinção entre quem escreve e quem lê apontam-se numa leitura da “cultura em Rede” tensionada entre a produção com direitos do autor e produção cooperativa internalizadas na licença digital *copyleft*.

PALAVRAS-CHAVE: ciberespaço, descontinuidade epistêmica, leitor.

ABSTRACT

The article aims to contribute to the field of sociological research in cyberspace put questions about real prospects for sociopolitical horizontalization between users of Network and the imagery of full democracy in this new media. The analysis begins with the observation of textual production as a majority on the Internet and then incorporates literary study in the hierarchy of modern author to question the philosophical concept of deterritorialization supposedly present in the production and reception of texts in digital form. The more basic questions for the lack of distinction between who write and who read are based on a reading of network culture like a tension between production with copyright and cooperative production in the digital license *copyleft*.

KEYWORDS: cyberspace, epistemic discontinuities, reader.

Recebido para publicação em: 30/04/2012

Aceito em: 01/10/2012